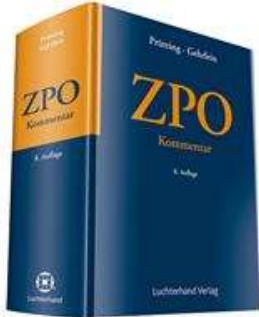


RESENHA DA OBRA: HANNS PRÜTTING/ MARKUS GEHRLEIN, *ZPO Kommentar*, 7.^a Edição, Colônia, Luchterhand, 2015¹.



Resenha elaborada por *Artur Flaminio da Silva*. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Mestre e Doutorando em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. arturmicaelsilva@gmail.com

A obra coordenada pelo Professor Dr. Dr. h.c. HANNS PRÜTTING ⁽²⁾ e pelo juiz de Direito e Professor Doutor MARKUS GEHRLEIN ⁽³⁾ tem-se assumido como uma referência nos comentários à legislação alemã de Direito Processual Civil, sendo publicada uma nova edição anualmente. Não se trata, porém, de uma mera compilação de decisões jurisprudenciais ou de referências bibliográficas. O texto recenseado consubstancia uma cuidada análise bibliográfica e jurisprudencial, havendo sempre uma pequena visão crítica dos autores que a comentam, de modo a permitir uma acessível e compreensível interpretação das regras legais. Por outro lado, o comentário assume uma impressionante dimensão de 3050 páginas, sendo assegurado por mais de 50 colaboradores ⁽⁴⁾, entre, por exemplo, advogados ou juízes, sob a coordenação de PRÜTTING e GEHRLEIN.

¹ Resenha recebida em 11/01/2016, sob dispensa de revisão, por não se tratar de artigo científico.

⁽²⁾ Trata-se de um Professor de Processo Civil da Faculdade de Direito da Universidade de Colônia e director do Instituto de Direito Processual da mesma Faculdade.

⁽³⁾ O coordenador é juiz no Supremo Tribunal Federal alemão e Professor Honorário da Universidade de Mannheim.

⁽⁴⁾ Entre os autores estão: Brunhilde Ackermann, Martin Ahrens, Monika Anders, Marcel Barth, Michael Bitz, Ulf P. Börstinghaus, Udo Burgermeister, Hans-Joachim Czub, Gunter Deppenkemper, Jörg Dimmler, Karl-Werner Dörr, Detlev Fischer, Astrid Flury, Burkhard Gehle, Herbert Geisler, Stephan Haberland, Axel Halfmeier, Reiner Hall, Annika Hausherr, Christian Katzenmeier, Karl Kotzian-Marggraf, Inge Kroppenber, Jérôme Lange, Hans-Willi Laumen, Reiner Lemke, Richard Lindner, Ilse Lohmann, Jürgen Mannebeck, Caroline Meller-Hannich, Karin Milger, Bernd Müller-Christmann, Andreas Neff, Rainer Oberheim, Dirk Olzen, Thomas Pfeiffer, Nicola Preuss, Hilmar Raeschke-Kessler, Dieter Remus, Robert Schelp, Silke Scheuch, Boris Schinkels, Jürgen Schmidt, Karsten Schmidt, Norbert Schneider, Bernd Sommer, Gabriele Steinfatt, Christoph Thole, Christian Tombrink, Thomas Trautwein, Jürgen Ulrich, Mallory Völker, Barbara Völzmann-Stickelbrock, Gerhard Wegen, Sigurd Wern, Almuth Zempel e, como é evidente, também os coordenadores participam directamente na realização do texto da obra.

Neste contexto, a simplicidade e sistematicidade da enunciação dos problemas jurídicos existentes podia sugerir uma mera vocação prática do texto em análise. A ideia não podia ser mais equívoca. O estudo hercúleo coordenado por PRÜTTING e GEHRLEIN tem um evidente interesse acadêmico, sendo adequado para todos aqueles que querem conhecer, de uma forma rigorosa e acessível as normas que regem o Código Processo Civil alemão (ZPO = *Zivilprozeßordnung*).

O trabalho desenvolvido pelos autores que participam no comentário não se fica, no entanto, pela exposição sistemática e crítica do ZPO. Em particular, destacam-se a lei de introdução ao Código Processo Civil alemão (EGZPO = *Gesetz, betreffend die Einführung der Zivilprozeßordnung*); a lei de organização dos tribunais judiciais (GVG = *Gerichtsverfassungsgesetz*); a lei de introdução à lei de organização dos tribunais judiciais (EGGVG = *Einführungsgesetz zum Gerichtsverfassungsgesetz*); a lei modelo de processos de mercado de capitais (KapMuG = *Gesetz über Musterverfahren in kapitalmarktrechtlichen Streitigkeiten*); o regulamento da União Europeia n.º 1215/2012, relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial; do regulamento do Conselho n.º 2201/2003, relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental e que revoga o Regulamento; a lei de execução de Tratados e de Convenções da União Europeia no âmbito do reconhecimento e execução em matéria civil e comercial (AVAG = *Gesetz zur Ausführung zwischenstaatlicher Verträge und zur Durchführung von Abkommen der Europäischen Union auf dem Gebiet der Anerkennung und Vollstreckung in Zivil- und Handelssachen*).

Neste contexto, podemos, por outro lado, adiantar que os comentários efectuados pelos autores não têm uma qualidade inferior em relação a outras obras que têm como objectivo um estudo com comentários ao ZPO ⁽⁵⁾. Pelo contrário, estamos perante um texto que já é uma obra de referência no tocante aos comentários que envolvem as normas fundamentais do Processo Civil alemão. Em suma, o texto recenseado consubstancia uma obra fundamental e inescapável para todos aqueles que estudam ou querem estudar o Processo Civil alemão.

⁽⁵⁾ Referimo-nos, por exemplo, ao trabalho de coordenação desenvolvido por THOMAS e PUTZO, *Zivilprozessordnung: ZPO*, Munique, C.H. Beck, 2015 ou por BAUMBACH, LAUTERBACH, ALBERS e HARTMANN, *Zivilprozessordnung: ZPO*, C.H. Beck, 2015.